

# O ARO RURAL DE ARRIFANA DE SOUSA/PENAFIEL NA ÉPOCA MODERNA: AS CASAS DE LAVOURA SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO COEVA

MARIA HELENA PARRÃO BERNARDO\*

**Resumo:** A cidade de Penafiel desenvolveu-se no lugar de Arrifana de Sousa, da antiga paróquia de S. Martinho de Mozares. Burgo fundado em época medieval, no cruzamento de caminhos, foi elevado a vila em 1741, com um pequeno termo: as aldeias da freguesia e parte de Santiago de Subarrifana. A arquitectura do aro rural é vocacionada para habitação e uso agrícola e estas casas de lavoura são referidas em documentos de diversos senhorios, descritas com diferentes graus de riqueza e qualidade do edificado.

**Palavras-chave:** Penafiel; Casas de lavoura; Emprazamentos; Tombos.

**Abstract:** The city of Penafiel has developed in place of Arrifana de Sousa, in the parish of St. Martin of Mozares. Founded in medieval times on a crossroad, it was elevated to village in 1741, with a short territory: the villages of the parish and part of Santiago de Subarrifana. The architecture of the rural rim is dedicated to housing and agricultural use. These farmhouses are referred in registry of several landlords, with descriptions that denounce variations on the quality of the building.

**Keywords:** Penafiel; Farmhouses; Emphyteusis documents.

---

\* Museu Municipal de Penafiel / CITCEM. [mhp.bernardo@gmail.com](mailto:mhp.bernardo@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

Penafiel, cidade situada no concelho homónimo do distrito do Porto, desenvolveu-se a partir do lugar de Arrifana de Sousa, topónimo já referido nas Inquirições de 1258 à antiga paróquia de S. Martinho de Mozares<sup>1</sup>. O burgo de Arrifana cresceu num planalto situado entre os rios Sousa e Cavalum. Localizado no cruzamento de caminhos, a seis léguas do Porto, duas de Entre-os-Rios e quatro de Amarante<sup>2</sup>, viu o seu espaço arruado expandir-se ao longo da estrada que ligava o Porto a Trás-os-Montes, Douro e Beira Interior<sup>3</sup>. Esta via, que partia do Porto na porta de Cimo de Vila<sup>4</sup>, era uma das mais frequentadas do reino<sup>5</sup>.

O crescimento do lugar culminou com a transferência da sede da paróquia e do orago, S. Martinho, de Mozares (hoje, Santa Luzia) para Arrifana em 1569<sup>6</sup>, onde se concluiu a nova igreja matriz<sup>7</sup>. Em 1619, foi criada a Comenda da Ordem de Cristo de Arrifana de Sousa<sup>8</sup>, com Santiago de Subarrifana, na qualidade de anexa<sup>9</sup>.

A elevação a vila, em 1741<sup>10</sup>, foi o cumprimento de um desejo antigo da população de Arrifana, descontente com a dependência administrativa em relação à distante vereação portuense<sup>11</sup>. A nova vila integrava a freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa e parte da de Santiago de Subarrifana (Santiago, ou lugar da Igreja, Presa, Jardim, Seixal e Ribeiral)<sup>12</sup>, do Julgado de Penafiel e Comarca do Porto<sup>13</sup>. As restantes freguesias do Julgado permaneceram sob jurisdição portuense até à elevação a cidade, em 1770<sup>14</sup>.

<sup>1</sup> PMH *Inquisitiones* 1258 1888: 593. No século XIII, a paróquia de S. Martinho de Mozares pertencia ao julgado de Penafiel com sede no castelo de Penafiel de Canas ou de Sousa, em Oldrões (SANTOS, 2005: 10 e 31). Em data incerta, o centro da administração deste território terá mudado para Arrifana de Sousa, possivelmente, após a atribuição do Julgado ao termo do Porto por D. João I, em 1384 (SILVA, 1988: 49-50, 58). D. Manuel atribuiu foral ao julgado de Penafiel a 1 de Junho de 1519 (SOEIRO 1993, vol. III: 12).

<sup>2</sup> CASTRO, 1767: 151.

<sup>3</sup> SOEIRO, 1993, vol. 1: 193.

<sup>4</sup> ALMEIDA, 1968: 173-174.

<sup>5</sup> ALMEIDA, 1830: 234-235.

<sup>6</sup> FERREIRA, 1991/1992: 227; SOEIRO, 1993, vol. 1: 253.

<sup>7</sup> SOEIRO, 1993, vol. 1: 253.

<sup>8</sup> Extinta em 1769 (CASTRO, 1992: 108, 303, 305 e 372).

<sup>9</sup> ROCHA, 1973: 60.

<sup>10</sup> ALMEIDA, 1830: 34 e ss., 66 e ss.; SOEIRO, 1993, vol. 1: 111; vol. 3: 52-53.

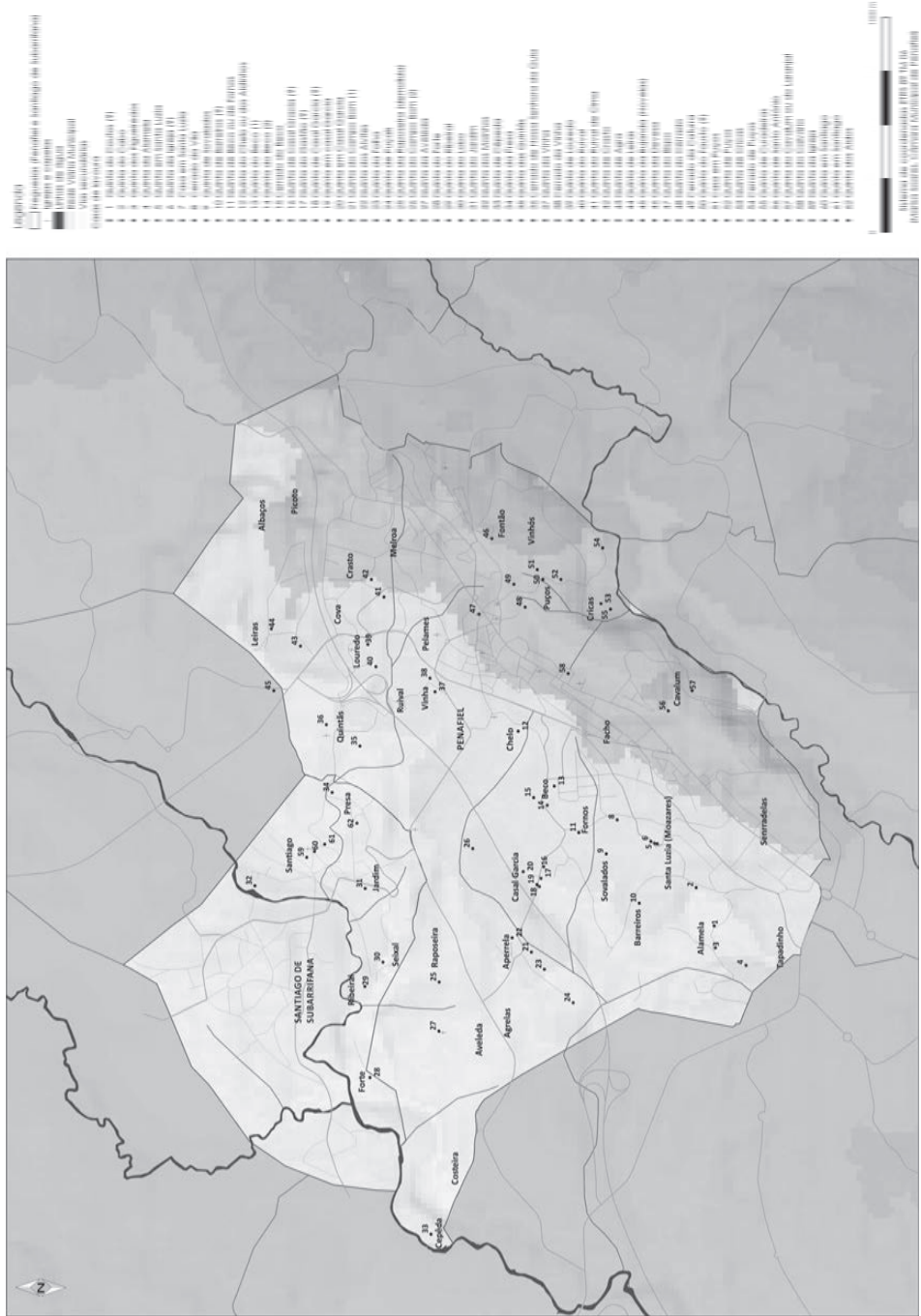
<sup>11</sup> SOEIRO, 1993, vol. 1: 111.

<sup>12</sup> Freguesia dividida em duas jurisdições demarcadas pelo rio Sousa, a Norte, o concelho de Lousada e, a Sul, o de Penafiel (CAPELA, 2009: 574).

<sup>13</sup> ALMEIDA, 1830: 37.

<sup>14</sup> Data da elevação a cidade de Penafiel, com um termo alargado (ALMEIDA, 1830: 161; SOEIRO, 2005: 144-145).

O ARO RURAL DE ARRIFANA DE SOUSA/PENAFIEL NA ÉPOCA MODERNA:  
AS CASAS DE LAVOURA SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO COEVA



Mapa 1. Localização de aldeias e casas de lavoura no aro rural da Cidade de Penafiel.

O espaço geográfico aqui tratado é o da vila, que incluía o burgo de Arrifana<sup>15</sup>, envolvido pelas aldeias, próximas da actual cidade, várias com origem nos antigos casais medievais<sup>16</sup> já referidos nos séculos XI-XII<sup>17</sup>, outros apenas em meados do século XIII, no inquérito de 1258<sup>18</sup>. O foral de 1519 também refere 23 casais reguengos na freguesia de S. Martinho de Mozares<sup>19</sup>, todos localizados a Oeste da área urbana. Entre estes lugares, dois foram antigas paróquias cujos templos hoje servem como capelas, Mozares (capela de Santa Luzia), que já referimos, e Louredo (capela de S. Bartolomeu)<sup>20</sup>.

As Memórias Paroquiais de 1758 e António de Almeida, no final do século XVIII, início do XIX, enumeram os lugares que compunham o termo rural da vila<sup>21</sup>, a maioria localizada no Mapa 1<sup>22</sup>, onde se incluem também algumas das casas de lavoura numeradas e referidas ao longo do texto, quando identificadas na documentação.

## AS CASAS DE LAVOURA NA DOCUMENTAÇÃO DA ÉPOCA MODERNA<sup>23</sup>

### Vale do rio Cavalum

Entre os grandes detentores de foros em Arrifana de Sousa, destaca-se o Mosteiro de S. Salvador de Freixo de Baixo (Amarante), anexado ao de S. Gonçalo de Amarante no século XVI<sup>24</sup>. Nas Inquirições de D. Dinis refere-se que «na Arrifana deshu mora Martj[m] esteveenz assuso he termo de vinhos e som cjnquo casaaes

<sup>15</sup> SOEIRO, 1993 vol. 1; —, 1994; BERNARDO, 2012; —, 2012b: 233-244.

<sup>16</sup> Na região do Entre Douro e Minho, o termo “casal” é utilizado «ora em sentido restrito (correspondendo a espaços residenciais e/ou fundiários) ora em sentido lato (correspondendo a uma unidade de povoamento e de exploração capaz de reunir ambos)», mais frequente; ao que podemos acrescentar uma terceira acepção menos evidente nas fontes: a de pequeno povoado (MARQUES, 2014: 237 a 240).

<sup>17</sup> SANTOS, 2005: 36, 38-39.

<sup>18</sup> PMH *Inquisitiones*, 1258 1888: 592-593.

<sup>19</sup> ALMEIDA, 1830: 22; SOEIRO, 1993, vol. 3: 11-12, 25; —, 1993, vol. 3: 12.

<sup>20</sup> Paróquia de S. Tiago de Louredo nas Inquirições de 1258 (PMH, *Inquisitiones*, 1258: 591-592) que tinha como sufragânea a actual igreja paroquial de Santiago de Subarrifana. Em 1308, a mesma paróquia é referida como “Ffreguesya de Santiago de Riba de Sousa de louredo” (CCLP 1911: 171). Já o Censual da Mitra do Porto de 1542 escreve-se “igreja de santiago e santiaguinho”, isto é, a igreja paroquial de Louredo e “Santiaguinho”, então capela de Santiago de Subarrifana (ROCHA, 1970a; —, 1970b).

<sup>21</sup> CAPELA, 2009: 514; ALMEIDA, 1815: 102, In SOEIRO, 1993, 3.º vol.: 281-282.

<sup>22</sup> A Fernando Nunes, empenhado e incansável colega neste levantamento, um muito obrigado.

<sup>23</sup> Para mais informações acerca deste tema, consultar BERNARDO, 2012a.

<sup>24</sup> PT/ADPRT/MON/CVSGAMT/OO86, fl. 17v.

do Moesteyro de freyxeo e nom nos honrra filhos dalgo nem hum e tregeos o moesteyro por honrra [...] des quareenta anos acá»<sup>25</sup>.

A documentação do mosteiro incorporado inclui dois tombos das propriedades situadas em Arrifana, um iniciado em 1634, com um índice realizado em 1772<sup>26</sup>, outro em 1669<sup>27</sup>. Cada item tombado está associado ao nome do proprietário, independentemente do lugar em que se situe, e as propriedades surgem misturadas, quer sejam no burgo ou nas aldeias. Verifica-se também que alguns espaços agrícolas passam a áreas construídas do espaço arruado, nomeadamente as Chãs e rua Nova, «em que ora tem feito cazas»<sup>28</sup>.

As propriedades rurais deste mosteiro situavam-se a Sudeste do burgo, em Vinhós, Fontão, Valtojeiro<sup>29</sup>, Puços e vale do Cavalum. Temos descrições pouco pormenorizadas do edificado, mas extensas na enumeração de terrenos. As poucas construções<sup>30</sup> são térreas, exceptuando duas casas sobradadas, e, quando referida, a cobertura é de colmo. As casas estão quase sempre dentro de cerrados, poucas são identificadas como habitações e só numa se refere a cozinha. A maioria dos edifícios são utilitários, com a função de palheiro, corte de gado ou cortelho, casa do lagar, casa do engenho de azeite, adega, casa de despejos da fazenda, atafona de moer casca<sup>31</sup>, casa de moinhos. Na verdade, os proprietários vivem no burgo de Arrifana, muito próximo destes lugares, e as suas casas de morada também foram recenseadas nos mesmos tombos<sup>32</sup>.

---

<sup>25</sup> SANTOS, 2005: 87.

<sup>26</sup> PT/ADPRT/MON/CVSGAMT/OO86, fl. I, com algumas notas posteriores datadas de 1773.

<sup>27</sup> PT/ADPRT/MON/CVSGAMT/OO88.

<sup>28</sup> PT/ADPRT/MON/CVSGAMT/OO86, fl.13 a 17v.

<sup>29</sup> Topónimo desaparecido que Pinho Leal identifica com a Quinta do Calvário que antigamente se chamava “Valle de Togeiro” (LEAL, 1875, vol. VI: 579).

<sup>30</sup> Na ausência de espaço para incluir os quadros com os dados referentes às propriedades com habitações, estes podem ser consultados em BERNARDO, 2012a, vol. II, p. 88, quadro 4 e p. 114, quadro 5. Aqui enumerámos apenas as propriedades que aparentam ter casa construída já em 1634 ou entre esta data e 1669. Para orientação na pesquisa, referimos o ano do tombo e o número que atribuímos à propriedade no quadro, juntando as referências que nos parecem ser da mesma parcela/ casa nos dois tombos: 1634, n.º 1 – 1669, n.º 231; 1634, n.º 9, 10 – 1669, n.º 236; 1634, n.º 18, 19, 20 – 1669, n.º 163; 1634, n.º 52 – 1669, n.º 172; 1634, n.º 59, 60 – 1669, n.º 91, 100; 1634, n.º 69 – 1669, n.º 205, 206, 207; 1634, n.º 77, 78 – 1669, n.º 82, 83; 1634, n.º 136, 137, 138 – 1669, n.º 223, 224, 225, 226; 1634, n.º 267, 268 – 1669, n.º 216; 1634, n.º 313 – 1669, n.º 281. Referências a casas que, aparentemente, não estavam construídas em 1634: 1669, n.º 77, 109, 110, 403.

<sup>31</sup> Engenho para reduzir a pó a casca de carvalho e de outras árvores empregado nos curtumes e em fábricas de tinturaria (*O Industrial Portuense*, 1846, Tomo I: 287-288).

<sup>32</sup> Verificámos também que algumas quintas encostavam-se às traseiras das casas da zona arruada, nomeadamente a do Calvário, antes dos Vale, da Atafona (?), do Cerrado e o Cerrado do Bispo, cuja casa, voltada para a rua Direita, foi vendida para paço episcopal (BERNARDO & SOUSA, 2015).

Os dois tombos do Mosteiro de Freixo dão-nos um vislumbre sobre a ocupação desta área da vila, mas que será bastante próxima da realidade da época porque as propriedades mencionadas situam-se entre outras do mesmo mosteiro e as confrontações com outros senhorios são raras, na maioria das vezes, o Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa. O livro Mostrador n.º 59<sup>33</sup> deste último permitiu confirmar que as suas propriedades concentravam-se junto ao lugar e rio Cavalum.

Actualmente, em Puços, encontramos algumas casas agrícolas de qualidade. Uma delas, pelas confrontações, poderá ser herdeira do Cerrado de Puços (1634, n.º 69; 1669, n.º 205 a 207), situada a Poente do caminho de Puços e em frente à fonte (n.º 50). Mais abaixo, no lugar do Cavalum, está a casa da Quinta do Laranjal ou do Cavalum, com o brasão da família Beça no cunhal<sup>34</sup> que, em 1763 pagava 1200 réis de décima<sup>35</sup> (n.º 57).

## Vale do rio Sousa

Com uma menor quantidade de foros, em relação ao Mosteiro do Freixo, segue-se o Mosteiro de S. Miguel de Bustelo. Do fundo deste Mosteiro, os Livros Mostradores 1 (M1)<sup>36</sup> e 2 (M2)<sup>37</sup>, elaborados entre 1798 e 1801<sup>38</sup>, foram essenciais para estabelecer a ligação entre os vários prazos e caseiros da mesma propriedade, dada a inexistência de um tombo geral.

A título de exemplo, e porque o quadro que resulta desta análise é demasiado extenso, apresentamos os resultados para o casal de Casal Garcia (**Quadro 1**). Assim, a documentação referida no M2 permitiu a recolha dos vários empraçamentos em vidas, datados entre 1443 e 1749. Este casal situa-se a Noroeste do burgo, no fértil vale do rio Sousa, área aberta, mais plana e com excelente exposição solar, comparativamente ao vale do rio Cavalum e à zona Sudeste, onde se situavam as propriedades do Mosteiro do Freixo. Talvez por esta razão, as casas descritas apresentam maior qualidade de construção e complexidade de estruturas, como se verifica pelo exemplo da quinta da Avelada dos séculos XVI-XVII, a seguir referida. Destas serão herdeiras algumas casas ainda existentes no lugar de Casal Garcia (n.º 16 a 20).

<sup>33</sup> PT/ADPRT/MON/CVSSPSPNF/0059.

<sup>34</sup> FERREIRA, 1991-1992: 243-244; BERNARDO & SOUSA, 2015: 68.

<sup>35</sup> AMPNF n.º 1447 (1763), fl. 82v-83, fl. 76v-77.

<sup>36</sup> PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0095.

<sup>37</sup> PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0092. O M2 transcreve o conteúdo do M1 e regista os prazos mais recentes.

<sup>38</sup> MAIA, 1991: 73, 109-110.

O ARO RURAL DE ARRIFANA DE SOUSA/PENAFIEL NA ÉPOCA MODERNA:  
AS CASAS DE LAVOURA SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO COEVA

**Quadro 1.** Documentos enumerados pelo Livro Mostrador 2 e respectivos dados.

Data	Fonte (referidas pelo M2)	Proprietários	Outros/ anteriores Proprietários	Propriedade	Medidas		Confrontações
					Comp.	Larg.	
1443	PT/ADPRT/MON/ CVSMBPNF/0001 Prazos, fl. 58 [outras páginas 69 e, a lápiz, 82] [não é referido no Mostrador]	João Afonso					
1513	PT/ADPRT/MON/ CVSMBPNF/0004 Prazos n.º 2, [2/3.ª parte] fl. 1	Martim Alvares e a sua mulher Madanela Alvares	Gonçalo Anes	Casa de cozinha, quinteiro, celeiro, casa de adega, outra casa atrás da cozinha, acima das casas uma fonte			Poente: Balio de Leça
1549 (até 1554)	PT/ADPRT/MON/ CVSMBPNF/0009Prazos n.º 6, fl. 10	João Gil e mulher Isabel Martins[?] do Casal Garcia		Casa cozinha, casa, quinteiro, casa nova, corte, outra casinha, palheiro, outro palheiro			
1576	PT/ADPRT/MON/ CVSMBPNF/0012 Prazos n.º 9, fl. 146v-156	Pero Anes e mulher Maria Gonçalves	João Gil, pai de Pero Anes	casa cozinha	11 varas	5 varas	Nascente: Terras do reguengo de Lopo Peixoto Poente: Terras de Catarina Barbosa
				casa onde vive, com um quinteiro, tudo pegado	18 varas	5 varas	
				casa nova que serve de celeiro	6 varas	5 varas	
				corte de bois	14 varas	4 varas	
				casa de adega, com lagar à porta	6 varas	5 varas	
				casinha	3 varas	4 varas	
				palheiro	7 varas	4,5 varas	
palheiro	6 varas	4 varas					
1634	PT/ADPRT/MON/ CVSMBPNF/0023 Prazos n.º 20, fl. 69	Catarina Ribeira viúva em primeira vida e uma filha, como segunda e o marido Manuel Gaspar como terceira	Gonçalo Garcia, marido de Catarina Ribeira	<i>hum terreiro e hum cercuito de cazas em que esta hua caza sobradada hua caza de adega huma cuzinha quatro cortes de gado hua caza de palheiro hum beiral com seu lagar</i>	26 varas	40 varas	
1747	PT/ADPRT/MON/ CVSMBPNF/0037 Prazos n.º 30, fl. 25	Inocência Garcia, filha de Manuel Gaspar, viúva de Francisco Nogueira	Manuel Gaspar	<i>tem hum terreiro e cercuito em que estava huma casa sobradada huma casa de cozinha e outra de adegua e cortes de gados e palheiro com um beiral que tudo era de dentro do cercuito com seu lagar</i>	42 varas (Nascente- Poente)		
1747	PT/ADPRT/MON/ CVSMBPNF/0033 Prazos n.º 29, fl. 208-219v (Mostrador 92 Livro n.º 52)	Bebiana Rodrigues solteira; casou com Manuel de Sousa	Águeda Rodrigues	<i>hum circuito em que esta huma caza de sobrado, cozinha e cortes e quintam a parte do nascente, outras para o poente</i>	172 varas (medido pella parte de fora da parede em redondo)		
1749	Escritura de dote (tabelião Manuel Pinheiro e Magalhães)	Bebiana Rodrigues solteira e Manuel de Sousa da Fonseca dotaram a filha Josefa Garcia para casar com António Pereira Nobre					

Embora esporadicamente mencionado entre as confrontações das propriedades monásticas, o Mosteiro de S. Pedro de Cête também possuía foros neste vale. O tombo de 1550<sup>39</sup> e o que foi realizado entre 1668 e 1676 (2.ª parte)<sup>40</sup> apresentam os Casais de Santiago e Beco e a Quinta da Aveleda.

Em 1552, a casa<sup>41</sup> da Quinta da Aveleda (n.º 27), de Tomé Afonso, é descrita como um conjunto de casas com cozinha, celeiro e cortes de gado, uma casa sobradada e colmada, uma adega com um rossio à porta e outras casas no quinteiro<sup>42</sup>. Em 1674, a mesma propriedade, de António Pais e Catarina de Meireles Freire, tem duas casas sobradadas, outras casas de cozinha colmadas, duas cortes de gado, um palheiro, casa de lagar, «com suas esterqueiras e serventias entre as casas que tudo parte com terras da quinta». Seguem-se as descrições de vários terrenos e uma casa de moinho com quatro rodas «com outra casa acima»<sup>43</sup>. No final do século XIX, Manuel Pedro Guedes manda restaurar a casa seiscentista<sup>44</sup> e aumentou a quinta pela aquisição do território reguengo, situado na freguesia de Penafiel, aos Condes de Penafiel<sup>45</sup>. O «Índice Geral dos Tombos do Reguengo de Penafiel» localiza essas propriedades nos lugares de Alameda, Beco, Aperrela, Casal Garcia, Agrela e Chelo<sup>46</sup>, a Sudoeste da cidade de Penafiel. Entre as quintas adquiridas estava a quinta do Chelo ou dos Aidinhos, de João Baptista Pereira da Rocha e Josefina Augusta Pereira Magalhães, Visconde e Viscondessa de Alpendurada, única construção deste lugar. Em 1869, a quinta era «toda murada e sita no lugar de Chelo, ao fundo desta cidade com casas de habitação colmadas e telhadas», eira, beiral, «outras casas sitas ao Norte, e outras ditas ao Sul», campos, pomares, olivais e águas<sup>47</sup> (n.º 12). Outras foram também compradas, nomeadamente a Quinta da Raposeira, cujas casas foram demolidas para plantio de vinha, a Quinta ou Casa do Forte, a de Puçais, Folha e Fornos (n.º 11, 23, 24, 25 e 28).

<sup>39</sup> PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0057.

<sup>40</sup> PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0055.

<sup>41</sup> Em 1404, o proprietário da Quinta era João Afonso da Arrifana, cunhado de João Martins, vereador da Câmara da cidade do Porto, e compunha-se de vinhas e casas (*Vereações* 1401-1449 [s.d.]: 220-223).

<sup>42</sup> PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0057, fl. 131v-134v.

<sup>43</sup> PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0055, fl. 448v-451v. A capela de S. Gonçalo da quinta da Aveleda foi instituída por Miguel Moreira da Silva e pela mulher D. Maria de Meireles Freire apenas em 1692 (ROCHA 1972: 107), embora apresente na fachada a data de 1671.

<sup>44</sup> SOEIRO, 1993, vol. 2: 625.

<sup>45</sup> AGUIAR, 1943: 136-137. António José da Serra Gomes e D. Maria da Assunção da Mata de Sousa Coutinho (DIAS 1982: 60 e 63, 69-70), com escritura de venda datada de 22 de Março de 1867 (PT/SACGA/MA/A/A/004/cd04, m0001).

<sup>46</sup> PT/SACGA/MA/A/A/Lv003.

<sup>47</sup> PT/SACQA/MA/A/F/G/bf.04, m001; PT/SACQA/MA/A/F/G/cd.04.



A Comenda de Arrifana de Sousa realizou dois tombos, um em 1650/1651, desaparecido, e outro em 1718, no qual encontramos as propriedades situadas nas aldeias de Aperrela, Beco, Louredo, Pelames, Santa Luzia e Santiago<sup>48</sup>.

No lugar da Aperrela, o Tombo enumera vários conjuntos agrícolas constituídos por várias casas térreas ou “correntes de casas”, colmadas e cercadas por muros, por vezes com referência a eira, horta, poço, corte, rossio e portas fronhas, algumas voltadas para o caminho<sup>49</sup>, percurso da antiga estrada medieval.

O Casal do Beco estava dividido em duas partes, com vários proprietários. Descreve-se um conjunto de sete dependências «com seu quinteyro e varias serventias em redondo que servem também de esterqueira com entrada para o norte e suas portas fronhas em que esta hua caza sobre si no meio do quinteyro e hua escada de pedra para o norte»<sup>50</sup>. Duas das casas serviam de cortes e uma de lagar, estavam rodeadas por vários terrenos de uso agrícola situados a Sul da estrada que ligava Cepêda a Arrifana<sup>51</sup> (n.º 13?). Na outra metade do casal, a Norte da mesma estrada, logo em frente, estava um “serrado todo tapado sobre si por paredes e vallos com um roxio com hua morada de cazas sobradadas com hua escada de pedra a parte do norte”, construída após 1651, e mais «hua corente de cazas térreas com seu beiral e ainda mais outra corrente de cazas que serve de cozinhas e cortes»<sup>52</sup>. Ainda hoje encontramos no lugar do Beco uma propriedade denominada “Cerrado de” Beco (n.º 15).

Em meados do século XVI, também o Mosteiro de Cête aqui possuía um casal. Propriedade situada a Sul do referido caminho medieval, dispunha de uma casa sobradada, uma térrea, que servia de cozinha, e cortes de gado<sup>53</sup>. Em 1674, o mesmo casal tem casas sobradadas e casa da cozinha colmadas, cortes de gado pegadas às portas fronhas e a casa, situada na eira, serve de palheiro<sup>54</sup>, tudo cercado de muro (n.º 14?).

Era junto do adro da antiga igreja paroquial que se concentravam as casas da Comenda em Santa Luzia, umas que serviram de residência paroquial, com os seus passais próximos, descritas como juntas, térreas e colmadas, uma com anteporta e um cortelho, e outra com uma casa anexa, rodeadas por pequenas hortas<sup>55</sup>. As restantes são “correntes de casas” térreas e colmadas, duas com anteporta, a que se

<sup>48</sup> AMPNE, Fundo D, n.º 7, fl. 104-104v. Nos Pelames, a Comenda apenas possuía terras (AMPNE, Fundo D, n.º 7, fl. 69v-71v).

<sup>49</sup> AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 45v-46, 48-49v e 52.

<sup>50</sup> AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 54v.

<sup>51</sup> AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 55-57.

<sup>52</sup> AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 59-59v.

<sup>53</sup> PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0057, fl. 134v-136.

<sup>54</sup> PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0055, fl. 446-448 e 449.

<sup>55</sup> AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 32-33 e 34.

acedia pelas portas fronhas, uma com rossio<sup>56</sup>. Um destes complexos agrícolas foi descrito com maior pormenor: formado por uma “corrente” de casas que serviam de cozinha, palheiro e corte e por mais uma casa de sobrado, também colmada, mas «com sua varanda para nascente», construída após 1651<sup>57</sup>. O Tombo descreve ainda mais dois conjuntos habitacionais, uma «corente de cazas tereiras e colmacas que servem de cozinha e cortes de gado [...] tem junto a estes para o caminho suas portas fronhas e hum roxio que serve de esterqueira e cortes de guado [...]» e «no meyo do rexio hua каза de sobrado com sua varanda», também construída depois do Tombo Velho, e ainda uma eira e horta; e outro «serrado cerquado de parede com duas moradas de cazas terreiras e colmadas» e rossio<sup>58</sup> (n.º 5 a 7).

O Casal de Louredo estava dividido em vários assentos, também situados nas proximidades da antiga igreja paroquial medieva. Entre várias terras, estavam duas propriedades muradas: uma com uma casa térrea que servia de cozinha com «hua porta para o nassente e outra para o poente aonde tem hua esterqueira»; outra casa a Norte da anterior, construída após 1651, e mais um assento de casas térreas e colmadas<sup>59</sup>. Hoje, a arquitectura rural deste lugar parece ser de construção recente ou muito alterada, mesmo a Quinta de Louredo, erguida por Simão Júlio da Mota Barbosa<sup>60</sup> (n.º 39).

O lugar de Santiago (de Subarrifana) era foreiro a vários senhorios, embora grande parte das propriedades tenha sido mantida na posse da família Garcez durante várias gerações<sup>61</sup> (Fig. 1 e 2). No livro do “milhão” de 1680 são referidas quatro fazendas nesta aldeia, duas da Comenda, de que talvez sejam herdeiras as duas casas que hoje ladeiam a igreja paroquial (n.º 59 e 60), e as restantes dos Mosteiros de Bustelo e Cête<sup>62</sup>. Em 1534, o Casal de Santiago, do Mosteiro de Bustelo, pertencia a Antão Garcez, tabelião, e à mulher, Beatriz Correia<sup>63</sup>, filha de João Correia e de Brites Anes de Madureira<sup>64</sup>. Nesta data, a propriedade é descrita com casa, “casa cozinha” e corte de gado<sup>65</sup>. Aparentemente, em 1671, as casas já tinham

<sup>56</sup> AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 34-39.

<sup>57</sup> AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 36.

<sup>58</sup> AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 43v.

<sup>59</sup> AMPNE, Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 77, 78v.

<sup>60</sup> PIMENTEL, 1970/1971: 20, nota 8.

<sup>61</sup> Família descendente do mercador João Correia (FERREIRA, 1991/1992: 228). D. Manuel de Noronha e Meneses, bisneto de Catarina de Couros e de Manuel da Rocha Couros, terá sido um dos últimos descendentes desta família a viver no Casal de Santiago (AMPNE – Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 19v, 26v; PT/SACQA/MA/A/AO/cd.04).

<sup>62</sup> AHMP – A-PUB/3976, fl. 425-426.

<sup>63</sup> PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0003 – Prazos n.º 3, fl. 157v a 160.

<sup>64</sup> BRITO 1997: 174-176; NÓBREGA 1999: 13- 14; 17-20.

<sup>65</sup> PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0003 – Prazos n.º 3, fl. 157v a 160.



Fig. 1.  
Lugar da Igreja  
em Santiago de  
Subarrifana.



Fig. 2.  
Uma das casas  
da família Garcez  
em Santiago, em  
avanzado estado de  
degradação.



Fig. 3.  
Casa da quinta das  
Quintãs.

vido demolidas e o espaço era cultivado<sup>66</sup>. Na propriedade da Comenda, dividida em dois assentos, as casas são descritas como térreas e colmadas com quinteiro no meio, uma com portas fronhas<sup>67</sup>. A parte do Mosteiro de Cête, também de Antão Garcez, em 1543, era constituída por terrenos<sup>68</sup> mas, em 1674, na posse de D. Maria da Cunha, já se descrevem umas casas de sobrado, telhadas, o que constitui uma excepção, e cozinha, «tudo num andar»<sup>69</sup>, e outras casas térreas e colmadas, tudo

<sup>66</sup> PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0029 – Prazos n.º 26, fl. 161-170.

<sup>67</sup> AMPNF – Fundo D, n.º 7 (1718-1719), fl. 27v e 29v.

<sup>68</sup> PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0057, fl. 205v-206v.

<sup>69</sup> Outra excepção pois, na documentação consultada, a cozinha costuma estar numa casa independente.

rodeado por muro, com portas fronhas»<sup>70</sup>. Em 1763, «Dom Jeronimo de guimaraes [...], pella quinta que possui na freguesia de Santiago que se compõem de cazas de sobrado e térreas, e vários prédios devididos por paredes e combros, e moinhos no Rio Souza» pagava 5400 réis de décima<sup>71</sup>, uma das mais valorizadas pois, acima dos 5000 réis, apenas são registadas cinco: Quinta das Quintãs (25500 réis), Quinta da Aveleda (6860 ou 12640 réis, com as fazendas anexadas), Quinta do Chelo (6400 réis) e outra propriedade na Aveleda, dos herdeiros do Doutor Manuel Teixeira Pinto, avaliada em 5470 réis<sup>72</sup>.

A Quinta das Quintãs era um prédio rústico, com capela<sup>73</sup>, “ermida da Quinta de Barcellas de Nossa Senhora da Guia” nas Memórias Paroquias<sup>74</sup>. Hoje, a casa está desabitada e em risco de ruína (Fig. 3), tal como a capela, que se encontra afastada da habitação. Apresenta estrutura em “L”, “sala da fidalga”<sup>75</sup>, acesso por escadaria a Nascente, corredor com vários quartos, com janelas e “namoradeiras” voltadas a Poente. A casa da cozinha é independente, com lareira ladeada por colunas de granito, dois fornos, várias “cantareiras” e pavimento em terra batida (n.º 35). Tinha ainda casa de lagar, adega e um moinho no riacho próximo, que também passa junto à Quinta da Presa (n.º 34) e em Santiago.

As propriedades mencionadas figuram também na documentação da administração central e local, em particular nos livros de cobrança do imposto da décima. Para o espaço e a época aqui tratados temos, produzidos pela vereação portuense, temos o livro do *Milhão* de 1680<sup>76</sup>, cujo imposto incidia sobre um décimo do rendimento do agregado familiar<sup>77</sup>, e os lançamentos da décima efectuados em 1712 e 1714<sup>78</sup>, que registam os dados para a freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa “da parte de fora”.

<sup>70</sup> PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0055, fl. 451v-453v.

<sup>71</sup> AMPNF n.º 1447 (1763), fl. 82v-83.

<sup>72</sup> AMPNF n.º 1447 (1763), fl. 73, 81, 82v-83, 84-84v e 87. Dados que podem ser consultados em BERNARDO, 2012<sup>a</sup>: vol. II, p. 80-84, quadro 2 e p. 85-87, quadro 3.

<sup>73</sup> ALMEIDA, 1815: 110, In SOEIRO, 1993, vol. 3: 285.

<sup>74</sup> CAPELA, 2009: 515. Pinho Leal nomeia-a como Quinta da Senhora da Guia, antigamente «das Quintans», caracterizando-a como uma «propriedade de muito valor, e tem uma capela [...] e umas boas casas antigas» (LEAL, 1875: 578 e 580).

<sup>75</sup> A Alberto Moura, que cultiva os terrenos da quinta, um imenso agradecimento pela visita guiada e informações prestadas.

<sup>76</sup> AHMP – A-PUB/3976. Registo dos contribuintes e respetivos contributos para o pagamento do milhão, prometido nas Cortes de 1679, para o casamento da Infanta de Portugal, Isabel Luísa Josefa (SILVA, 1993: 14; LOURENÇO, 2006: 15, 141 e 164). Os dados desta fonte podem ser consultados em BERNARDO, 2012a, vol. II: 69, quadro 1.

<sup>77</sup> CARDOSO, 1998: 16-17.

<sup>78</sup> “Cazal Gracia, Chello, Lamella, Cavallum, Aveleda e Louredo” (AHMP- A-PUB/4740(1), 1.ª parte fl. 1-9v; 36-39; 90v-92; 2.ª parte fl. 6-8; 10v; 3.ª parte fl. 2-8v; 9-11v).

Realizado pela administração local arrifanense, o livro do lançamento da décima de 1763<sup>79</sup> apresenta os «predios rústicos dos moradores do Termo»<sup>80</sup> e os que alguns moradores da vila aí possuíam<sup>81</sup>. Estas fontes não referem medidas nem confrontações das propriedades tombadas pelo que, a sua identificação, entre a documentação dos séculos XVI-XVII, só pode ser feita, se possível, através da relação entre topónimos, denominação das propriedades ou nomes dos proprietários.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES MANUSCRITAS

#### Arquivo Distrital do Porto

Mosteiro de S. Gonçalo de Amarante

PT/ADPRT/MON/CVSGAMT/0086 e 88 – Tombos de Arrifana

Mosteiro de S. Miguel de Bustelo (Penafiel)

PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0003 – Prazos n.º 3, fl. 157v a 160 (Santiago); 0029 – Prazos n.º 26, fl. 161-170 (Santiago)

PT/ADPRT/MON/CVSMBPNF/0092 – Livro Mostrador 2; 0095 – Livro Mostrador 1

Mosteiro de S. Pedro de Cête (Paredes)

PT/ADPRT/MON/CVSPCPRD/0057 – Tombo de 1550, fl. 131v-134v (Quinta da Aveleda), fl.134v-136 (Casal do Beco), fl. 205v-206v (Casal de Santiago); 0055 – Tombo 1668-1676, fl. 446-448 (Casal do Beco), fl. 448v-151v (Quinta da Aveleda), fl. 451v-453v (Casal de Santiago)

Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa (Penafiel)

PT/ADPRT/MON/CVSSSPNF/0059 – Mostrador

#### Arquivo Histórico Municipal do Porto

AHMP – A-PUB/3976 – *Livro para lançamento do milhão do concelho de Penafiel deste anno de 1680*

AHMP- A-PUB/4740(1) – *Lançamento da décima do concelho de Penafiel (1712-1714)*

#### Arquivo Municipal de Penafiel

AMPNF Livro n.º 7 *Diversos* – Tombo da Comenda de Arrifana de Sousa (1718-1719)

AMPNF, n.º 1446 – *Livro para o arruamento da vila de Arrifana de Sousa de 1762*

---

<sup>79</sup> AMPNF/CMPNF 1763, n.º 1447, fl. 73. Este livro continua o levantamento do Livro do Arruamento de 1762 (transcrito em BERNARDO, 2012a, vol. II; BERNARDO, 2012b), referente à zona rural do burgo de Arrifana.

<sup>80</sup> Louredo, Santiago, Aveleda, Apherela, Casal Garcia, Alamelas, Santa Luzia, Beco e Cavalum (AMPNF/CMPNF 1763, n.º 1447, fl. 79v-91v).

<sup>81</sup> AMPNF/CMPNF 1763, n.º 1447, fl. 73-79.

AMPNF n.º 1447 – Livro do lançamento da décima (1763)

PT/SACGA/MA/A/A/004/cd04, m0001 – Escritura de Venda do Reguengo de Penafiel (1867)

PT/SACQA/MA/A/AO/cd.04 – Contrato de foro (Manuel de Noronha e Meneses – Quinta de Santiago)

PT/SACQA/MA/A/F/G/cd.04 – Escritura de venda da Quinta do Chelo (1871)

PT/SACQA/MA/A/A/Lv003, m0217, n.º 3D – Índice dos casais do Reguengo (1867-1873)

## FONTES IMPRESSAS

ALMEIDA, António d' (1815) – *Descrição Historica e Topografica da Cidade de Penafiel*, Parte III. In SOEIRO, Teresa (1993) – *O Progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material, 1741-1910*. Porto: FLUP. Tese de Doutoramento, vol. III, p. 238-304.

— (1830) – *Descrição histórica e topográfica da cidade de Penafiel*. «História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa», Lisboa, 10 (2).

CAPELA, José Viriato (2009) – *As freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*. Coleção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758. Braga: Projecto POCTI-FCT.

CASTRO, João Bautista de (1767) – *Roteiro terrestre de Portugal* [...]. Coimbra: Na Officina de Luiz Secco Ferreira.

CCLP – *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum que in Archivo Municipali Portucalensi servantur antiquissimorum*, vol. 1 Diplomata, chartae et inquisitiones, Porto, 1911.

DIAS, Fr. Geraldo J. A. Coelho (2007) – *Memórias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo (1800-1801)* de MEIRELES, Fr. António d'Assunção. Penafiel: Museu Municipal, 2007.

FERREIRA, Simão Rodrigues (1991/1992) – *Apointamentos para a historia topografica de Penafiel*. «Penafiel, Boletim Municipal de Cultura», 3.ª série, n.º 6/7. Penafiel: Câmara Municipal, p. 223-245.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho (1875) – *Portugal Antigo e Moderno*. Vol. VI, Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

PMH – *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*. Lisboa: Academia das Ciências. 1888.

VEREAÇOENS: *anos de 1401-1449*. Nota prévia de J. A. Pinto Ferreira. [Imp. 1980] Documentos e Memórias para a História do Porto. Porto: Câmara Municipal.

## BIBLIOGRAFIA

AGUIAR (1943) – *A Terra de Penafiel*. Porto: Tip. Da Casa Nun'Alvares.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968) – *Vias medievais. Entre Douro e Minho*. Dissertação para licenciatura em História apresentada à FLUP. Porto: edição policopiada.

ARQUIVO M. DE PENAFIEL (2011) – *Inventário do Acervo documental do Morgado da Avelada*. Penafiel: Câmara Municipal.

BERNARDO, Helena (2012a) – *Do lugar de Arrifana de Sousa à cidade de Penafiel. Urbanismo e Arquitectura (séculos XVI-XVIII)*. Porto: FLUP. Tese de Mestrado.

- BERNARDO, Helena & SOUSA, Laura (2015) – *Paço Episcopal de Penafiel: história e arqueologia do edificado*. «Revista Oppidum», n.º 8 (Dezembro de 2015). Lousada: Câmara Municipal, p. 57-84.
- BERNARDO, Helena (2012b) – *A Paisagem de Arrifana de Sousa descrita pelo Livro do Arruamento de 1762*. In *Congresso Internacional de Arqueologia Moderna “Velho e Novos Mundos”. Estudos de Arqueologia Moderna, Vol. 1* (2012). Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, p. 233-244.
- BRITO, Pedro de (1997) – *Patriciado Urbano Quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*. Documentos e Memórias para a História do Porto (L). Porto: Arquivo Histórico/ Câmara Municipal.
- CARDOSO, Augusto Pedro Lopes (1998) – *Honras e Coutos: o contributo do milhão. A Honra de Barbosa e o Couto de Bustelo*, separata dos Cadernos Vianenses. Viana do Castelo: Câmara Municipal, p. 3-37.
- CASTRO, Armando (1992) – *A Estrutura Dominial Portuguesa dos séculos XVI a XIX (1834)*. Lisboa: Editorial Caminho.
- DIAS, Basílio de Sousa (1982) – *Correio-mor de Portugal 1.º Conde de Penafiel*. «Penafiel, Boletim Municipal de Cultura», 2.ª série, n.º 3 (1982). Penafiel: Câmara Municipal.
- DGEMN – *Igreja de Freixo de Baixo*. «Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais», n.º 92 (Junho de 1958). Porto: Oficinas da Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal (2006) – *D. Pedro II*. Colecção “Reis de Portugal”. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa (1991) – *O Mosteiro de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1670 e 1710-1821)*. Porto: Universidade Portucalense.
- MARQUES, André Evangelista (2014) – *Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI)*. Prémio CITCEM/ Afrontamento, 2014.
- NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da (1999) – *Pedras de Armas da Cidade de Penafiel. Heráldica de Família*. «Cadernos do Museu». Penafiel: Museu Municipal.
- O Industrial Portuense*, Tomo I (1846). Porto: Typographia da Rua Formosa n.º 248, p. 287-288.
- PIMENTEL, Ângelo – *Penafiel Antiga*. Separata de *O Penafidelense* de 13 de Janeiro de 1970 e de 2 de Novembro de 1971. Penafiel: Tip. De *O Penafidelense*, p. 20, nota 8.
- ROCHA, Moreira da (1970a) – *Luz de Candeia Velha. Santiaguinho*. In *Notícias de Penafiel* de 3 de Abril de 1970.
- (1970b) – *Luz de Candeia Velha. S. Tiago de Louredo*. In *Notícias de Penafiel* de 20 de Março de 1970.
- (1972) – *Capelas no concelho de Penafiel*. «Penafiel», n.º 1. Penafiel: Câmara Municipal, p. 97-108.
- (1973) – *Comenda de Duas Igrejas*. «Penafiel, Boletim de Cultura da Câmara Municipal», n.º 2. Penafiel: Câmara Municipal, p. 60 – 67.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos (2005) – *A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308)*. «Cadernos do Museu», n.º 10. Penafiel: Câmara Municipal, p. 3-100.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1988) – *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder. Documentos e Memórias para a história do Porto*, vol. I e II. Porto: Arquivo Histórico. Câmara Municipal do Porto.

- (1993) – *O Porto e as Cortes no século XVII ou os concelhos e o poder central em tempos de absolutismo*. Separata da Revista da FLUP, 2.ª Série, vol. X, p. 9-68. Porto: FLUP.
- SOEIRO, Teresa (1993) – *O Progresso também chegou a Penafiel. Resistência e mudança na cultura material*. Porto: FLUP. Tese de Doutoramento.
- (1994) – *Penafiel*. Lisboa: Editorial Presença.
- (2005) – *Penafiel, composição de um espaço concelhio*. «Cadernos do Museu», n.º 10. Penafiel: Museu Municipal.
- SOUSA, António de (1996) – *Fidalgos que honraram Penafiel*. In *Temas Penafidelenses*, volume V. Penafiel, p. 101.